



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EDILSON BERNARDO DE OLIVEIRA

**PROPAGANDA E REPRESSÃO: O DIP COMO INSTRUMENTO DA DITADURA
VARGUISTA (1937- 1945)**

RECIFE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EDILSON BERNARDO DE OLIVEIRA

**PROPAGANDA E REPRESSÃO: O DIP COMO INSTRUMENTO DA DITADURA
VARGUISTA (1937- 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal
Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcília Gama da Silva

RECIFE
2023

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC

EDILSON BERNARDO DE OLIVEIRA

**PROPAGANDA E REPRESSÃO: O DIP COMO INSTRUMENTO DA DITADURA
VARGUISTA (1937- 1945)**

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota _____ como requisito para obtenção do título de Licenciado em História pela seguinte banca examinadora:

Recife, ___ de Junho de 2023.

PROPAGANDA E REPRESSÃO: O DIP COMO INSTRUMENTO DA DITADURA VARGUISTA (1937- 1945)

Resumo: O artigo em questão trata a respeito de um dos períodos mais controversos da historiografia brasileira, que é justamente o Estado Novo. Para isso, precisaremos entender um pouco mais sobre o contexto internacional e as mudanças políticas que aconteceram no Brasil. A partir das fontes bibliográficas das autoras Hannah Arendt e Maria Helena Capelato, podemos compreender aquele momento político e como o uso das ferramentas do meios de comunicação foram essenciais como instrumento de repressão no período do Estado Novo.

Palavras-chave: Propaganda, Estado Novo, Getúlio Vargas, Imprensa.

Abstract: The article in question will deal with one of the most controversial periods of Brazilian historiography, which is precisely the time of the Estado Novo. For this we will need to understand a little more about the international context and the political changes that have happened in Brazil. From the bibliographic sources of the authors Hannah Arendt and Maria Helena Capela to they understood the political moment and how the use of the tools of the means of communication were essential as an instrument of repression in the period of the Estado Novo.

Keywords: Propaganda, Estado Novo, Getúlio Vargas, Press.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca identificar como a propaganda foi utilizada para oprimir aqueles que não apoiavam o Estado Novo. Para isso, trabalhamos com autores como Capelato, Schwarcz e Doria que tratam a respeito desse período e de como a propaganda se tornou um instrumento essencial para propagação do regime estadonovista. É possível perceber pelas análises dos autores a devida importância da intensificação da propaganda para poder desenvolver a ideologia estadonovista e populista, a exemplo de Getúlio Vargas. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, com base nos regimes totalitários que ganharam cada vez mais força após a Primeira Guerra Mundial. Além disso, observamos a importância da crise econômica de 1929 e consequentemente a crise do liberalismo como modelo político-econômico até então vigente, para a construção política desse período.

Utilizando as pesquisas com aporte na perspectiva marxista é importante evidenciar as lutas de classes e os conflitos entre os que dominavam e os que estavam a margem da sociedade (ENGELS; MARX, 2011, p.33). Com base na perspectiva foucaultiana, a análise da conversação foi utilizada como ferramenta teórica em termos de relações de poder, disciplina e coerção que afetam tanto o indivíduo quanto as forças políticas. Essa ordem discursiva é criada e imposta à sociedade todos os dias para persuadir e adequar ideologicamente a população para o controle.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, “isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p.12).

O ano de 1937 foi um momento complexo devido, a crise econômica, o aumento do desemprego e a carência de oportunidades. No âmbito político esperava-se uma renovação, pois pela constituição, as eleições para presidente estavam se aproximando. Depois de um longo tempo sem pleito direto, o voto seria novamente decisivo para os rumos do país. Entretanto, no mesmo ano, terminava o período do governo de Vargas que estava no poder desde 1930. Vargas havia sido eleito indiretamente pela Assembleia Nacional Constituinte em 1934, porém as perspectivas de mudança e afirmação da democracia se arruinaram, porque no ano de 1937 a imprensa já noticiava que descobrira o Plano Cohen. Plano esse que tinha por objetivo implantar o comunismo no Brasil. Com a afirmação de que estaria

defendendo os interesses da nação contra uma possível ameaça comunista, dias depois, em 10 de novembro, Vargas instaurou através de um golpe, o período denominado Estado Novo (PESAVENTO, 1994).

As características do regime teriam a intenção de uma ruptura do Estado democrático de direito. Nesse momento, a necessidade de evidenciar o presente e “exterminar” os erros do passado, aparecia através do uso das seguintes expressões: “Estado Novo”, “Brasil Novo”, “Nova Ordem”. Essas conotações tinham por intuito marcar o novo regime, como se o Brasil nesse momento passasse de um período de caos e de grandes incertezas, políticas e econômicas (devido às práticas liberais), para um novo momento, onde a partir de agora, o Estado seria o controlador maior, com todas as forças necessárias, ou seja, a sua presença seria dominante em todas as áreas sociais (VELLOSO, 1987, p. 13-14).

O Brasil no início da década de 1930 foi impactado pela crise econômica da grande depressão colapsada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929. Foi um período de intensa disputa, principalmente no campo ideológico. A crise do liberalismo evidenciou a chegada de diferentes grupos políticos ao redor do mundo, como o Comunismo na União Soviética e o Fascismo na Itália. Ambos governos priorizavam o sistema centralizador e de total controle (DORIA, PEDRO, 2020, p.140). Nem mesmo o plano New Deal¹ surtiu o efeito esperado, para o projeto de reconstrução da Europa pós Primeira Guerra Mundial, pois o grande investidor logo entraria em colapso financeiro, em 1929, fato que resultou em uma das maiores crises econômicas até então já vistas. O cenário internacional se tornou fundamental na influência dos acontecimentos no Brasil, pois o país passava por mudanças em sua política interna e as elites locais, buscavam defender seus direitos e combater as transformações sociais que se apresentavam. A industrialização brasileira levaria mais alguns anos para iniciar-se através da política de importações após a segunda guerra.

No Brasil os acontecimentos impactaram diretamente o contexto brasileiro, principalmente a política de governadores, assim denominada por causa dos estados mais produtivos economicamente, Minas Gerais e São Paulo. A influência desses estados estava perdendo força, e gerando descontentamento. A ruptura veio somente em 1930, quando o governo de Minas apoiou à candidatura à presidência de Getúlio Vargas. Um conflito de interesses desses estados liderados por Minas Gerais, impediram a posse de Júlio Prestes e após uma série de enfretamentos, em 3 de outubro de 1930 os militares liderados por Getúlio

¹ Plano New Deal: foi um conjunto de medidas econômicas e sociais para resolver a Crise de 1929.

Vargas, no Sul, e sob a liderança de Juarez Távora (1898-1975), no Norte, convergiram para o Rio de Janeiro. Com isso, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes, revogando a constituição de 1891 e governando por decretos. Da mesma forma, nomeou seus aliados para inteventores (governadores) das províncias brasileiras. Como afirma Pedro Doria:

A revolução imposta por Getúlio Vargas mexeria na estrutura social brasileira. Daria forma a sindicatos, protegeria com novas leis os operários, e para os servidores públicos construiria uma extensa malha de segurança. Faria tudo isso, porém, sem trocar as elites (DORIA, PEDRO, 2009, p.134).

Por meio do texto acima, o autor aponta que a década de 1930 foi repleta de importantes acontecimentos, como a Primeira Guerra Mundial e a situação econômica da Europa, gerando um cenário de radicalismo político. O Brasil estava passando pela transição do período agrário e iniciava um processo de industrialização, o que resultou em uma desestruturação social, porque havia muito desemprego e o impacto externo afetou diretamente as questões socioeconômicas do país.

Ainda na década de 1930 houve a formação do grupo integralista (AIB), que foi fundado em 1932, por Plínio Salgado, movimento este que tinha orientação do partido fascista criado por Mussolini na Itália. De certa maneira as perseguições integralistas aos grupos comunistas eram admiradas por Vargas. Com a esquerda representada pelo comunismo que consequentemente ganhava mais adeptos pelo discurso, eram por sua vez, cada vez mais reprimidas. E assim, o regime estadonovista ficava em constante alerta, para uma possível revolução comunista. Nesse ponto, podemos compreender que Getúlio Vargas utilizando a máquina do Estado, promoveu uma ampla censura à imprensa, como também outorgou uma constituição autoritária, para bloquear tanto o avanço comunista quanto a extrema direita dos integralistas (DORIA, PEDRO, 2009, p. 326).

É interessante notar que no ano de 1937, por meio do controle da imprensa pelo Estado, foi noticiado que um suposto plano arquitetado por comunistas estava prestes a explodir. A ameaça de um possível golpe comunista fez com que se aumentassem as tensões entre as instituições e o Estado que não admitia um avanço do comunismo no Brasil. A manutenção de Vargas no poder foi recebida com bastante entusiasmo pelos integralistas, entretanto, logo foram frustrados, porque a instituição do Estado Novo, proclamou o fim imediato e a extinção dos partidos políticos no Brasil. Os integralistas, denominados também

de “camisas verdes” ficaram inconformados e tentaram derrubar a todo o custo o governo varguista, ainda em 1938. Como Pesavento afirma:

“O estado Novo implantou no Brasil um ante liberalismo doutrinário, alardeando a falência dos regimes democráticos no mundo, para que o recolhia exemplos da realidade europeia, onde os governos de caráter fascista se encontravam em ascensão” (PESAVENTO, 1994, p.49).

A partir da análise da autora, identificamos o quanto a ditadura representou o desenvolvimento de uma corrente autoritária. Nesse contexto, a intervenção do estado na economia era defendida por ser substancialmente importante, já que o mercado não estava mais estabilizado e a crise do liberalismo no mundo, de certa forma abriu as portas para uma presença de governos autoritários em nações capitalistas. A ascensão dos regimes Nazi-fascistas tornou um exemplo para o Brasil neste momento, porque o desenvolvimento nacional passou a ser associado a rígidas formas de controle social. Segundo a autora (Pesavento, 1994, p. 49), o Estado Brasileiro se apresentava como o “leviatã protetor”, aquele que outorgava e impunha sua vontade, nas legislações e quando se achava necessário. Nessa altura, a sociedade brasileira deveria abrir mãos dos problemas sociais e focar no desenvolvimento. A ordem, o progresso e consequentemente o desenvolvimento do país só seria estabilizada por meio de um governo autoritário, era o que pregava Vargas.

O projeto do governo e o desenvolvimento das ideias, em torno do nacionalismo, deveriam justificar a ditadura. Nesse momento o apelo ao sentimento da nação era fundamental, para que houvesse uma identificação entre as classes, tanto trabalhadores, como burgueses, pois isso daria respaldo às propostas governamentais por meio do controle da classe operária. Para as classes burguesas industriais a unificação dos interesses governamentais apresentava-se naquele momento como a melhor forma de gerir o capitalismo brasileiro. Assim, os empresários apoiaram Vargas por causa do controle das classes trabalhadoras. Isso contribuiu decisivamente para o regime vigente, além das manobras que apoiavam a implementação de uma nova legislação trabalhista, bem como, a criação da Justiça do Trabalho e a instalação do salário mínimo em 1940. O grande avanço da máquina do estado na economia pôde ser visto desde o início da década de 1930. Politicamente o Estado Novo foi suprimindo o legislativo e criando intersetores estaduais alinhados com o chefe da nação (PESAVENTO, 2009, p. 51).

Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu, a propagação da ideologia do governo estadonovista teve um crescimento favorável, principalmente no aspecto industrial, pois, sem

a definição de qual lado tomar na guerra, Vargas negociou tanto com o regime alemão de Hitler,² quanto com os americanos. A aproximação de Vargas com os alemães fez com que os americanos tomassem a atitude de negociar com o Brasil de forma mais firme. Com o apoio americano, o governo utilizou os empréstimos para construir a Companhia Siderúrgica Nacional. Dessa forma o Brasil entrou na guerra aos lados dos americanos, britânicos e franceses que defendiam o regime democrático, mas internamente o governo varguista possuía um regime que se aproximava do regime fascista (PESAVENTO, 1994, p.56).

Ainda no decorrer da segunda guerra, precisamente em 1943, o movimento de redemocratização ganhou cada vez mais espaço. A simples associação de Vargas aos regimes autoritários fez com que a própria popularidade do presidente começasse a diminuir. As reivindicações de toda a sociedade começaram a fervilhar pelo país. No decorrer dos meses que antecederam o final da guerra, o consenso do autoritarismo perdeu força gradativamente, e assim, os principais meios de comunicação e a própria máquina do estado já perdiam a simpatia por Vargas. Como exemplo disso, podemos observar que a própria classe burguesa optou pela redemocratização, de igual modo os intelectuais, estudantes e operários que conseguiam sair da bolha da imprensa e do principal órgão de propaganda, o DIP (PESAVENTO, 1994, p.57).

Podemos justificar como um dos principais fatores pelo desinteresse do regime autoritário no Brasil, que já se encontrava há quase quinze anos no poder, a falta de democracia, de liberdade política, de liberdade de expressão e também a influência americana com seu modelo de vida denominado de “American Way of Life”. Além da influência cultural, a aproximação do fim da guerra como também o envio de tropas das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) para combaterem os regimes fascistas na Itália, fizeram com que o apoio aos regimes autoritários perdesse força e a redemocratização fosse interessante para as classes burguesas, que outrora apoiaram o varguismo. Se aproximando do fim de seu governo, Vargas autorizou a criação de dois partidos políticos, o PTB³⁴ e o PSD⁵, e dessa maneira demonstrou que se preparava para deixar o poder. Esse processo de criação

² Hitler: Líder do regime Nazista instalado na Alemanha em 1933, que tinha origens fascistas na Itália do líder Mussolini. Regime de características de extrema direita, que foi responsável pelo holocausto do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

³ American Way Life: foi um modelo de comportamento surgido nos Estados Unidos após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais

⁴ PTB: Partido Trabalhista do Brasileiro que significativamente era de apoio do governo de Getúlio Vargas

⁵ PSD: Foi fundado em 17 de julho de 1945 por ex-interventores do Estado Novo nas unidades federadas

dos partidos foi muito importante, para que a campanha eleitoral fosse iniciada (PESAVENTO, 194, p. 56). O governo então concedeu liberdade política e deu legalidade aos presos políticos, assim como permitiu a volta do partido comunista, logo após suspeitas de manipulações políticas e interferências nas lideranças sindicalistas.

Ao todo Vargas ficou mais de 15 anos no poder, o maior mandato presidencial ao longo da história do Brasil. Durante esse período, ele foi construindo maneiras para poder continuar afirmando sua autoridade, com manobras políticas que demonstravam uma estrutura bem centralizada, assegurando o domínio e o controle da informação, principalmente pela utilização da imprensa que passou a ser subordinada ao Estado (VELLOSO, 1987, p. 20). Dessa maneira ganhou cada vez mais apoio na medida em que conseguia politicamente dialogar com as classes burguesas e trabalhadoras. Um dos principais instrumentos nesse contexto de propagando foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A imprensa e os outros meios de comunicações foram importantes para a promoção da persona de Vargas como líder populista, atribuindo ao mesmo os termos: “pai dos pobres” e também “pai da nação”. Conceitos importantes para edificação de um líder populista, que se dizia patriota e líder da nação.

Propaganda

1.1 A construção da Propaganda

É praticamente inerente em nossa sociedade contemporânea, os termos propaganda, marketing, campanha e outras palavras estarem associadas aos mecanismos de publicidade. A publicidade pela qual conhecemos hoje foi desenvolvida através de um processo ao longo dos anos e que tem sido fundamental, na comunicação de um grupo, na difusão de produtos e principalmente nas características de pensamento. Porque é por meio dela, que determinadas ideias e conceitos alcançam grupos e indivíduos.

Comunicação e propaganda andam de mãos dadas porque são essenciais para a construção social do que supomos ser a realidade. Podemos analisar as estruturas e principais características de cada governo por meio do seu discurso e de sua propaganda. O desenvolvimento da narrativa de cada governo é diretamente influenciado por ela. As principais características e objetivos de quaisquer grupos e líderes políticos é poder influenciar a sua base de apoio, buscando também desfavorecer o seu principal concorrente, e isso jamais seria processado se não houvesse como difundir as suas ideologias. A

possibilidade de transmitir sua ideologia é de tal importância que as sociedades ao longo da História utilizaram da retórica e de diversas estruturas para a exposição dos argumentos na sociedade e no meio em que viviam. A análise deste universo está relacionada a retórica e ao simbolismo, por meio das imagens, figuras e retratos. Como Capelato afirma:

“A viagem ao universo simbólico envolve duas espécies de referências constantes: a aproximação com outras experiências similares, e a aproximação do passado em algum lugar do presente” (CAPELATO, 2009, p. 56).

Por meio dos elementos da cultura nacional são trabalhadas ideias, conceitos, regras de conduta, moralidade e percepção do que é certo e do que é errado, dando ênfase à uma pessoa, ou nesse caso, a um regime. Valendo-se em conta que cada ideologia transmitida na propaganda possui suas características, não são equivalentes, pois, se trata do universo de cada lugar. A constante lembrança do passado passa por se integrar ao presente ajudando a explicar a maneira pela qual cada sociedade viveu subjetivamente os seus acontecimentos.

Especificamente no Brasil, houveram catalisadores, que de certa forma contribuíram para o fortalecimento do regime estadonovista. As representações negativas do comunismo relacionadas à religião, à simbologia do mal (do diabo) ou que era uma doença do organismo social (tumor, vírus), fez com que o foco negativo estivesse plenamente relacionado ao comunismo. Dessa maneira o apoio dos grupos liberais foi importante nas narrativas contra o discurso do socialismo e do comunismo (CAPELATO, 2009, p. 54)

Além do comunismo, os grupos nacionalistas das elites que representavam a “Velha República” no Brasil, foram alvos das propagandas negativas, sendo acusados de não terem conseguido o progresso e a ordem necessárias para dar início a industrialização brasileira; entretanto, esse discurso não tinha tanto impacto de desconstrução e de propaganda negativa quanto o discurso construído contra o comunismo (CAPELATO, 2009, p. 56). Em relação aos regimes autoritários, a propaganda dissemina suas ideias de forma positiva com o intuito de alucinar com as massas. Principalmente com a teatralização, ou seja, a construção da unidade mascarava as divisões de classes e os conflitos existentes na sociedade, através dos desfiles e festas cívicas nas datas de mais importância nacional. Como cita Capelato:

“A propaganda varguista procurou fazer dos golpes de 1937, sendo justificado como a salvação do país do período comunista: alegava-se que a revolução de 1930 livrou o país das oligarquias decadentes retrógradas e dos políticos corruptos, enquanto o golpe vencia definitivamente o comunismo. Essas mensagens enfatizavam que a “sociedade feliz” concretiza-se no Estado Novo” (CAPELATO, 2009, p.71).

Dessa forma, a construção do pensamento do Estado Novo, era a satisfação com o presente e o otimismo em relação ao futuro, porque a sensação de proteção e de segurança dada pelo Estado era difundida por toda a sociedade, principalmente através do poder político demonstrado nos grandes desfiles e festas cívicas. A construção da propaganda se tornou então determinante na fabricação dessa ideia, mesmo que de forma indireta utilizassem a força, a sua importância é inegável. Nesse sentido, o discurso foi elemento necessário e fundamental nas políticas de massa.

1.2 O Papel da Propaganda no início do século XIX

A utilização da ferramenta de propaganda ficou cada vez mais prática, quando empregada no cenário político, principalmente na demonstração de poder e consolidação dos ideais e da necessidade de os governantes poderem controlar e utilizar a censura como modelo de repressão na sociedade. O desenvolvimento da idealização do nacionalismo ao lado das simbologias patriotas são exemplos, pelos quais a comunicação e a crescente propaganda foram determinantes. Um dos fatores relacionados à grande intensidade e ao interesse da propaganda está no seu alcance, devido ao processo do avanço tecnológico que trouxe consigo uma extensão e proporção intensas. Além da imprensa que já existia, as invenções relacionadas aos meios de comunicação como rádio e depois a televisão; como também a utilização dos meios de entretenimento como música, cinema e teatro, começaram a ter cada vez mais espaço e importância ao longo do século XX.

Por meio da comunicação e da compreensão de dominação política, várias lideranças resgatam a sua identidade por meio de narrativas míticas e de tradições históricas. Como exemplo disso, temos a unificação do Império Alemão no século XIX. Esse ideal de nacionalismo fora possível, pelo desenrolar dos contos evidenciando um passado de tradições e questões étnicas semelhantes. Dessa forma as províncias identificaram que era possível uma unificação, mas que para isso seria necessária a elaboração de um discurso para esse entendimento. Neste ponto a comunicação foi importante para mostrar aos governantes as ações e intenções de ambientar e consolidar a legalidades dos seus atos.

Nesse sentido, Weber afirma.

“autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários do indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Tal é o poder “carismático”. (WEBER, 1970, p. 57).

É por meio dessa construção do carisma, da progressão do ideal, das práticas exercidas por seus heróis, que testificamos esse laço e confiança na liderança em que se acredita servir. Assim um dos principais meios de utilização da propaganda está relacionado às características do líder, exaltando as qualidades e principais virtudes, principalmente se atrelada à proposta de um simbolismo patriarcal e do papel de provedor e herói que irá salvar as classes trabalhadoras.

1.3 A propaganda nos regimes totalitários

É justamente nesse período, que a utilização e fomentação da máquina do Estado voltada para os meios de comunicação são desenroladas. Enquanto os regimes absolutistas evidenciaram suas imagens como representações divinas onde sua autoridade era inquestionável; os líderes políticos durante o século XX utilizaram de outros meios para fortalecer os seus discursos.

Temos como exemplo os regimes totalitários nazistas e fascistas durante os anos de 1920 e 1930, pelo qual a utilização de ferramentas propagandistas foi essencial para que esses regimes ganhassem cada vez mais influência, construindo e desenvolvendo ideias mesmo entre aqueles que não se identificavam com os respectivos regimes. (CAPELATO, 2009, p. 66-71). O varguismo compreendeu bem as estruturas do Nazismo quando utilizou-se de ritos, narrativas, festas cívicas e esportivas. De antemão, além do rádio, que era o principal meio de veiculação das propagandas, jornais, revistas, panfletos e cartilhas escolares também eram utilizadas. O desenvolvimento do imaginário nacional tinha por objetivo focalizar e incentivar a harmonia social e a eliminação dos conflitos, pois, isso era benéfico para o Estado. Para isso, a regularidade e a consistência no campo cultural foram fundamentais na organização do regime, invalidando e reprimindo as manifestações que fossem contrárias a vontade nacional (VELLOSO, 2009, p. 24).

É importante perceber que são características notáveis dos regimes totalitários a utilização de várias ferramentas para o exercício do poder e do controle. Como por exemplo o domínio sobre os meios de comunicação, principalmente rádios, jornais, revistas e também na forma dos grandes desfiles cívicos com o apoio das forças armadas e semelhantemente nos cinemas, que eram uma forma de entretenimento barata. O intuito era justamente promover o governo e seus principais ideais, investindo suas temáticas e ações em propagandas que suprimiam tudo o que era contrário ao mesmo tempo em que criava simbologias, muitas das

vezes com ideias nacionalistas como instrumentos de pertencimento e bem estar social, onde o indivíduo acreditava que estava desempenhando um importante papel na sociedade, como uma peça de engrenagem, e por isso, o seu líder, deveria ser respeitado e inviolado (CAPELATO, 1988).

É bem verdade que os regimes totalitários mais conhecidos são aqueles que ficaram em evidência durante a Segunda Guerra Mundial, a exemplo do Nazismo e do Fascismo. Esses regimes totalitários de direita chegaram ao poder por diversos fatores, dentre eles foram determinantes seus discursos em relação as narrativas nacionalistas e também a simbologia que as ideias patriotas significavam. Os regimes totalitários também surgiram no campo das esquerdas, como na Rússia com Lenin e Stalin, após a Revolução Russa de 1917 e também com Mao Tse Tung na China, logo depois em 1949. Esses governos utilizaram a censura, a repressão e tortura para continuarem no poder. Todos esses líderes, conseguiram impor suas ideias porque através da coerção e do papel da propaganda reafirmavam e mantinham sua autoridade.

A respeito da propaganda total Heller afirma:

Não existe apenas um tipo de totalitarismo, e sim várias espécies de sociedades totalitárias. O sistema nazista foi apenas um dos sistemas totalitários. (...) Para mim, regime totalitário é todo aquele em que o pluralismo é privado de legalidade. É evidente que não há sociedade moderna na qual não exista pluralismo. Mas no sistema totalitário os partidos e seus líderes decidem o que deverá ou não ser ilegal. E o que exclui do domínio da legalidade é, por definição, pluralismo. Podem ser excluídas a pintura, as poesias de amor, entre outros (HELLER, 2002, p. 40-41).

Essas propagandas eram principalmente divulgadas pelos seus simpatizantes que ganhavam cada vez mais força, e assim tal discurso foi absorvido e contextualizado para toda a sociedade. Um exemplo disso, foi a perseguição aos judeus pelo Nazismo; embora nem todos os alemães enxergassem que os eles eram os principais agentes da crise que enfrentavam e que eram ricos e gananciosos a ponto de tomarem o espaço dos chamados arianos “puros”, foi esse o discurso que ganhou proporção imensa e fez com que o livro de Hitler, o *Mein Kampf*, se tornasse comum em cada lar alemão. O resultado das perseguições aos judeus foi a criação de guetos, campos de concentração e extermínio.

Hannah Arendt aponta que:

“Todos os decolasses da sociedade capitalista estavam finalmente prontos a unir-se e a estabelecer suas próprias organizações populares; sua propaganda e sua atração repousavam na premissa de que uma sociedade que havia demonstrado estar disposta a incorporar à sua estrutura o crime sob a forma de vício estaria agora pronta a purificar-se do mal, reconhecendo abertamente os criminosos para publicamente cometer um crime” (ARENKT, 1989).

Diante desse cenário, a adaptação ao discurso autoritário não foi recebida com desprezo, pois a sociedade estava abrindo mão de sua liberdade impactada crise econômica que afetava todas as classes, principalmente as trabalhadoras. O governo aproveitou-se da insegurança, da crise econômica e das possíveis ameaças de guerras, para se afirmar como unificação do ideal, onde os indivíduos eram facilmente influenciáveis e certamente suscetíveis a aceitar o discurso. Grandes regimes aproveitaram-se dessas condições para chegar ao poder (ARENKT, 1989). Utilizando de um discurso que prometia novos tempos, uma nova política, mas que na verdade estava disfarçado em certos elementos, para que assim, pudesse conquistar todas as instituições. Independente de posição política a construção dessas narrativas ideológicas contribuem com as formas de permanência no poder, estando acima da própria legislação. É assim que um governo totalitário costuma atuar e é assim que obtém o controle da sociedade.

2 APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO NOVO

A consolidação do Estado Novo permitiu a centralização do governo que agiu em diversas áreas com caráter autoritário e nacionalista, conduzindo medidas que impactaram diretamente toda a população fortalecendo as estruturas do poder, e assim, enaltecendo a figura de Getúlio Vargas. Dessa maneira, eram feitas as nomeações de intelectores e ministros de Estado que garantissem que todos os decretos estivessem alinhados com o pensamento político do presidente (FAUSTO, Boris, 1981, p. 77-120).

Na educação, por exemplo, que era de caráter tecnicista, as reformas educacionais proporcionadas pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, associavam o ensino primário para o ensino profissionalizante industrial, comercial e agrícola, ou seja, a educação primária passava a ser de caráter obrigatório, mas com o objetivo de profissionalizar e deixar o estudante apto para os trabalhos técnicos. O ensino secundário seria então de acesso restrito às classes mais elitizadas. Dessa feita, se por um lado, o Estado garantia o ensino primário e organizava também as relações de trabalho por meio da CLT (Consolidações de Leis

Trabalhistas), por outro lado procurou separar aqueles que poderiam estudar de forma plena dos que deveriam estudar apenas para integrar o mercado de trabalho. (FAUSTO, Boris, 1981, p. 77-120)

O Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido pelo jornalista Lourival Fontes, juntamente com o Ministério da Educação controlavam a informação e o que deveria ser considerado cultura popular. Ambos os ministérios tinham a finalidade de difundir os valores, pautar as condutas, ajustar os indivíduos ao cenário político e manter a ordem, na construção de um desenvolvimento que valorizasse os elementos do Estado Novo. Os desfiles, passeatas em estádio de futebol, praças e avenidas foram alguns dos exemplos de evocação de uma construção para uma unidade social, em que os símbolos nacionais como a bandeira e o hino nacional se identificavam com Vargas, o líder populista e próximo das camadas mais baixas. São elementos como esses que caracterizavam a influência e controle de Vargas durante esse período. É comum aos governos populistas e autoritários utilizarem dessas práticas, além da repressão social e da propaganda, se aproveitam das crises econômicas e políticas para fortalecer ainda mais os seus discursos. No demais, a sua sustentação no poder, visa atacar as instituições democráticas.

Figura1. Propaganda do período do Estado Novo, retratando Vargas como o pai nacional. O texto diz:"Crianças! Aprendendo, em casa e na escola, o culto da Pátria, você trará todas as chances de sucesso à vida. Somente o amor constrói e, amando fortemente o Brasil, você o conduzirá ao maior dos destinos entre as Nações, cumprindo os desejos de exaltação aninhados no coração de cada brasileiro".



Fonte:<https://americasouthandnorth.wordpress.com/2012/08/26/get-to-know-a-brazilian-getulio-vargas/>

Como Pesavento afirma:

O povo construía o progresso na ordem, e a elite divertia se na noite... Por outro lado, nos subterrâneos do Estado Novo, os inimigos do regime sofriam torturas e espancamentos. (PESAVENTO, 1994, p.52)

O controle do Estado pretendia disfarçar as questões sociais para que o povo, mais precisamente a classe operária, observa-se que a sua participação deveria ser focada no trabalho, no desenvolvimento de ordem e para que o progresso fosse realizado. Enquanto as elites burguesas continuavam desfrutando de mão de obra barata e crédito financeiro. Dessa maneira, a política estadonovista consolidava-se cada vez mais, e quem demonstrasse ser contra as atitudes e medidas de governo, ou que simplesmente se organizasse politicamente, logo, era censurado e preso.

2.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda

O DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 1939 (VELLOSO, 1987, p. 20) e serviu como instrumento de censura e propaganda durante o governo do Estado Novo. Sendo responsável por promover a ideologia da ditadura, além de fiscalizar e censurar possíveis ameaças para com o regime. O DIP atuava nas áreas de Rádio, Cinema, Imprensa, Turismo e demais serviços, ampliando dessa forma sua abrangência como no Ministério da Educação e no Ministério da Justiça, ou seja, o DIP conseguiu difundir sua concepção em demais setores considerados essenciais, para que futuras ameaças fossem detectadas. Foi, portanto, um importante instrumento que atuou nos meios de comunicação e na cultura, tendo como função doutrinar a cultura brasileira e a unidade nacional.

Como órgão centralizador o DIP, utilizou uma organização em divisões como: Divulgação, Rádio, Imprensa, Turismo, Teatro e Cinema. Essas subdivisões, foram direcionando serviços auxiliares, atendendo as necessidades comuns, como: A filmoteca, Biblioteca, Discoteca, Serviço de contabilidade, Tesouraria e principalmente o Serviço de Comunicações. Atuando por meio de decretos o DIP⁶, obtinha competência para agir em todas as áreas, com o intuito de defender a cultura, no sentido de elucidar e evidenciar as características doutrinárias. Nos decretos o DIP poderia combater em todos os meios e em todas as áreas qualquer ideia que aparentemente fosse divergente a unidade nacional. Entre outras ações poderia: organizar espetáculos musicais, sessões literárias, programas de

⁶ Decreto-Lei disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 01/04/2023.

propaganda de música popular. Não era somente reprimir, além da fiscalização e censura havia também a promoção e organização dos eventos de interesse do Estado Novo.

Um dos principais instrumentos utilizados para a promoção das propagandas eram justamente os jornais, sobretudo no período de 1939-1942. Nesse período os jornais tinham obrigados a divulgar as realizações do governo de Getúlio Vargas. A distribuição de folhetins a produção de livros e artigos a respeito da figura de Vargas e a valorização do regime demonstram as bem sucedidas propagandas deste período.

Com a imposição da Constituição Brasileira de 1937, Getúlio Vargas impôs o regime do Estado Novo utilizando das ferramentas de todos os governos autoritários, dentre elas a legalização da censura pelos meios de comunicação. A imprensa tornou- se um instrumento público, máquina do Estado para promover sua ideologia e difundir suas ideias aos trabalhadores. Mesmo no início do golpe, existiu, de fato, um aumento exponencial no que concerne a preocupação com a manutenção de dispositivos de imprensa e propaganda, não significando que antes se tratava de um elemento inobservante; Tal crescimento foi mudado logo com a inserção do Estado Novo e a necessidade de poder impor suas ideias e silenciar quaisquer tipos de oposição. Conseguindo também o apoio de vários setores populares, explicando-se o uso intenso no controle de massas com as grandes manifestações e passeatas, evidenciando a importância do regime no controle social do Brasil.

A imprensa desempenhou um papel fundamental na construção e desenvoltura do regime fascista e autoritarista na Europa, principalmente na Itália e na Alemanha. A autora Capelato, afirma que, num regime fascista, a imprensa torna-se um instrumento do estado. Notícia e informação desempenham um papel fundamental na propagação da ideologização do regime autoritarista, instrumento de desenvolvimento e modelagem da consciência nacional. Segundo a autora, a partir desse momento a imprensa se tornou um veículo de instrução e ensinamento que podia alcançar as massas muito mais rápido do que antes se tinha visto.

A cultura foi politizada no regime getulista. Desta feita criou-se um aparato cultural próprio para oficializar e difundir sua ideologia. Através dos meios de comunicação a consolidação do discurso autoritário foi ganhando cada vez mais força no país e assim, a importância da figura do Vargas foi essencial para a perpetuação dessas ideias.

Paschoal, F. J. (2007). Relata que:

No ramo dos periódicos, as revistas Cultura Política, Ciência Política, Estudos e Conferências. Entre os jornais e outras de caráter efêmero, vimos Brasil Novo e Planalto. Dirigida por Almir de Andrade, Cultura Política era a revista oficial, diretamente vinculada ao DIP. Foi um dos órgãos divulgadores do regime e reunia as elites intelectuais, enquanto a revista Ciência Política concentrava nomes de pouca projeção.

É a partir dessa construção que podemos verificar como cada órgão tinha sua finalidade e funcionalidade dentro do DIP. E assim, a elaboração de ideias e as disfunções contribuíam para a sua divulgação dentro da educação civil e militar. As revistas tinham papel definido dentro do DIP, reunindo cada vez mais informações, noticiando e divulgando as principais obras do governo, como também as agendas militares e os desfiles organizados, noticiando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo.

Figura 2. Vargas desfilando em comemoração no 1º de maio de 1944, dia do trabalhador, no estádio Pacaembu, São Paulo, 1944. (CPDOC / AMF foto 008/7)



Fonte <http://anarquismoenbrasil.blogspot.com/2012/10/anarquismo-y-1-de-mayo-en-brasil-parte-3.html>

As revistas que não favoreciam o governo eram perseguidas e ameaçadas de fechamento. Para o governo qualquer eventualidade colocaria em risco a formação cultural do povo. Podemos afirmar que os jornais, revistas e folhetins eram os principais meios de divulgação propagandística de Vargas, pois é por meio deles que a população tinha acesso, já que o rádio ainda estava por todo o país e a televisão ainda era item da elite.

Figura 3. Cartaz do DIP convoca trabalhadores para solenidades de 1º de Maio.



Fonte <http://memoraldademocracia.com.br/card/getulio-cria-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda>

Por isso, a utilização de intelectuais naquele período foi essencial para o desenvolvimento e manipulação do controle de massas, pois a partir de suas influências era possível dar crédito e confiança, além do respaldo do regime. Vejamos alguns exemplos: Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. E ainda mesmo os divergentes, como, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré colaboraram com seus artigos. Ou seja, esses intelectuais também poderiam ser considerados elementos subversivos contra o regime do Brasil, sofrendo com prisões, perseguições, exílios e torturas constantes.

A particularidade no rádio o torna um dos meios de comunicação mais importantes para o desenvolvimento da indústria propagandística do regime do Estado Novo, pois, as rádios não enfatizavam plenamente as mensagens do governo, antes, as seguiam muito de perto. É evidente que a censura e as recompensas eram fundamentais para implementar o regime pelo qual controlavam os meios de comunicação (CAPELATO, 2009). Dessa maneira a influência na programação das rádios deixava a população cada vez mais próxima do governo, sabendo as ações e os grandes atos que o presidente realizava. Ficam claro, portanto, os esforços do governo no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como canal de difusão da ideologia oficial. Exemplo notório foi a oficialização do carnaval. Se antes o evento vinha sendo de iniciativa particular, financiado pelos comerciantes mais

abastados das cidades, no Estado Novo, o quadro foi bem diferente, quando, através do setor de turismo do DIP, a prefeitura passou a organizar o carnaval de rua. A partir daí a política tornou-se figura obrigatória na folia. Assim, as músicas como o samba, o frevo e outros ritmos musicais que eram considerados símbolos de extravagância e também balbúrdia e selvageria e por isso eram constantemente vigiados e censurados pelo regime, passaram a ser apropriados pelo governo, evidenciando o nacionalismo da cultura popular brasileira, para que ela pudesse ser vista como elemento agregador da cultura ocidentalizada. (CAPELATO, 2009, p. 88,89).

Nessa construção do ideal de brasiliade e renovação nacional por meio da cultura foi apresentado um elo unificando a ala artística com a política. O Estado novo criou então um regime que se apoderou das características modernistas, não diferenciando as correntes que o integravam. Na busca de um lado que indicasse o Estado, a doutrinação por meio dos instrumentos levou a uma reflexão sobre a sua proporção. Era interessante para o regime não somente difundir suas ideias, mas poder construir a partir dos símbolos fabricados, a consagração da tradição e dos heróis nacionais, e assim buscar inspiração e força para superar as dificuldades. Essa unificação no campo do ideário, funcionou como poderoso elemento aglutinador do cotidiano da sociedade, um dos fatores do Estado em querer ser além das propriedades políticas, mas possuir fundamentação cultural, ou seja, por meio dessa relação evocar uma identidade cultural, não somente pelo rádio, jornais, revistas, mas sim, um diálogo com a sociedade obtendo o apoio dos principais intelectuais da época evidenciando o seu interesse no controle das massas. Através desse desenvolvimento ideológico, na procura dessa homogeneidade da cultural por todo território nacional, as manifestações culturais locais, eram de certo modo reprimidas, a exemplo disso, são as músicas dos carnavais e da cultura afro-brasileira, assim como todas as religiões de matriz africana foram durante reprimidas nesse período. O elemento cultural tornou-se importante para o desenvolvimento e progressão do regime. O DIP foi um órgão do Estado que trouxe consigo elementos do ideário brasileiro em sua formação tornando-se um valioso instrumento de censura, por todo o período do governo Vargas (CAPELATO, 2009, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) perpassou por crises políticas e golpes de estados, que durante 15 anos foram determinantes para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Durante o Estado Novo suas diretrizes políticas e econômicas no Brasil foram influenciadas pelos regimes autoritários criados na Europa.

Getúlio Vargas queria deixar seu legado como o presidente que de fato trouxe o desenvolvimento para o país, como também o líder que mais se aproximou das camadas mais pobres da população. Queria promover o desenvolvimento nacional, centralizando as indústrias e ampliando as conquistas no âmbito social. Pretendia superar uma estrutura atrasada e que ainda estava relacionada com a denominada “República Velha” e com a crise do liberalismo, fatores que influenciaram diretamente a sua chegada ao poder em 1930. Durante a década de 1930 a influência dos regimes autoritários foi ganhando força e simpatia por parte do presidente Vargas, evidenciando a formação de grupos integralistas (AIB), que por sua vez, estavam em conflito com os comunistas. A possível ameaça de um golpe, denominado de Plano Cohen, em 1937, foi determinante para o golpe, que usou a justificativa de estar preservando os interesses da nação. Logo após a sua chegada ao poder Vargas determinou a extinção dos partidos políticos, o que não agradou os integralistas que tanto simpatizavam com ele.

Construído como a política de anticomunismo inaugurou uma nova ordem discursiva, que, do ponto de vista foucaultiano, nada mais é do que a ascensão da velha ordem que pretendia sufocar os anseios das massas. A empresa suprime o medo e, a partir daí, orienta e dirige a sociedade. Para Foucault, as relações de poder são blocos organizados para construir a “verdade” de acordo com os pontos de partida que impactam a sociedade. A emergência de uma nova ordem glorificada por estratos sociais conservadores foi a narrativa desenvolvida pelo mecanismo do Estado, por meio e utilização das ferramentas de propaganda.

Em 1939, por determinação de um decreto nacional foi criado o DIP, órgão responsável pela divulgação e promoção da imagem de Vargas, liderado pelo ministro da propaganda Lourival Fontes. Semelhantemente aos regimes autoritários europeus, o controle da imprensa, do rádio e de outros veículos de comunicação foi evidenciado por meio das festas cívicas, desfiles em estádios de futebol e também na organização de eventos que promovessem a imagem do Estado, além de práticas nacionalistas e patriotas.

Assim sendo, o regime estadonovista, mais precisamente de 1939-1945, conseguiu por meio da educação, propaganda, do trabalho e de outros ministérios, se sustentar e centralizar o governo em prol dos seus interesses. Até mesmo a entrada do Brasil na Segunda Guerra fora por causas dos acordos de Vargas com os norte-americanos, proporcionando dessa maneira a criação das principais indústrias, porém era evidente a sua aproximação aos regimes autoritários europeus.

A cada decreto nacional, o DIP, se tornava um órgão cada vez mais importante para o funcionamento e mecanismo do Estado. Ao lado do ministério da educação liderado pelo ministro Gustavo Capanema influenciou significativamente todo aparato ideológico, como instrumento de censura e doutrinação das massas. Nos dias de hoje a propaganda ainda é utilizada como instrumento governamental, mas também temos uma imprensa livre e atuante fundamental para o desenvolvimento das informações e para o fortalecimento das instituições democráticas.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. "Aparelhos ideológicos do Estado" IN: *Posições* 2. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980, p.47-101.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS - a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, 1993.

-----, *Os Arquivos das Polícias Políticas. Reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

ARENKT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antisemitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução por Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. *O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). Política e Cultura. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, p. 55-75, set 91/ao 92.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no vaguíssimo e peronismo*. Campinas: Papirus, 1998

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antisemitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHERESKY, L. e CHONCHOL, J. *Crise e transformação dos regimes autoritários*. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1986.

DORIA, Pedro; *Fascismo à Brasileira: Como o Integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o Bolsonarismo*, São Paulo: Planeta, 2020.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LAUERHAUSS JR., Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1986.

LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: os anos críticos, 1934-38*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

-----, *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LEWIS, Susan. *O antisemitismo em Pernambuco no Estado Novo: 1937-1945*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFPE, Recife.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O BRASIL CONTEMPORÂNEO*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade /Ufrgs, 1994.

SILVA, Marcília Gama. *O DOPS e o Estado Novo: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco de 1930-1945*, Dissertação apresentada ao PPGH-UFPE em 1995. Disponível no Departamento de Pós –Graduação da UFPE.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo* / Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p. 1. política cultural Brasil 1937-1945. 2.

FONTES:

Decreto-Lei 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06-04-2023.

Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05-04-2023